

Pacote: o problema é a falta de confiança.

O descrédito das autoridades econômicas ameaça a eficiência das novas medidas. Entrevista do professor Ives Gandra da Silva Martins a Fábio Pahim Jr.

O professor Ives Gandra da Silva Martins, titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, aponta os riscos do pacote econômico prestes a ser adotado pelo governo e compara o Brasil a um avião em pleno vôo cujo piloto percebe que não há gasolina para chegar ao destino nem para voltar, e precisa tentar o pouso forçado. Nesta entrevista ao JT, assume uma posição particularmente crítica à condução da economia, apontando para a possibilidade de impasses a curto prazo.

JT — Em recente programa de televisão, o sr. condenou as medidas de política econômica em fase de estudo para pronta adoção, tais como o corte dos gastos públicos, a redução dos subsídios e o início de um processo de desindexação, que poderia atingir salários e rendas. Um pacote desse tipo não é inevitável?

Gandra — Estou profundamente preocupado com a versão divulgada pela imprensa. A desindexação anunciada parece-me um absurdo. Uma vez mais, o pacote é feito pela mesma equipe que há quatro anos fracassa e não se pode fazer nada para participar das decisões. As medidas são absolutamente inoperantes.

— O sr. poderia explicar por quê?

— Desindexar a ORTN e o INPC significa remunerar menos o salário e a poupança. Evidentemente, isto provocará um êxodo da poupança para outros setores que não acredito sejam os imóveis, devido à baixa poupança média, mas sim para um consumismo imediato que pode provocar um processo inflacionário mais grave do que o ocorrido em 1980.

Em segundo lugar, o aumento imediato dos preços de serviços públicos e dos produtos agropecuários, com a retirada dos subsídios, deve provocar — para a camada da população sem condições de poupar e que vive exclusivamente dos seus salários, desde que empregada — a impossibilidade de levar uma vida digna, criando tensões sociais que irão somar-se às disparidades já existentes. É a melhor dose de estagflação que se pode conhecer.

Vai haver maior consumo de

bens duráveis por quem tem poupança, e o grosso da população, que não especula no mercado financeiro, será profundamente atingido. Mais do que isso, se houver remuneração da poupança abaixo da inflação, numa política econômica que perdeu a confiabilidade, ocorrerá o seguinte: a retirada desses recursos que o governo não tem, obrigando a emissões na porção dos saques. Admita-se que o governo, para evitar os saques, tente uma destas soluções: bloqueio do crédito público ou taxaço na fonte da correção monetária. Nesse caso, o governo não teria que devolver os recursos, mas não conseguiria captar mais nada, porque estaria decretando a falência do sistema financeiro, por absoluta falta de credibilidade na sua idoneidade, do ponto de vista dos investidores. As medidas que estão sendo anunciadas não podem levar a outros resultados, tendendo a ser profundamente inflacionárias e deletérias para a camada da população que vive exclusivamente dos salários.

— Em sua opinião, quais as alternativas?

— A alternativa não é a desestatização pura e simples, mas a redução das despesas desnecessárias da administração direta e indireta, inclusive as mordomias inaceitáveis para um País na crise financeira em que está. Uma empresa como a Petrobrás dá o mau exemplo, ao mudar sua contabilidade, apresentar lucro fictício e distribuir dividendos sobre esse lucro. O Tribunal de Contas não consegue acionar a Petrobrás. Reluta-se em mudar o sistema de privilégios que o governo abriga, enquanto a autoridade quer que, à custa de sacrifícios cada vez maiores para os brasileiros, seja possível uma reversão do processo caótico em que a economia se encontra. A dívida interna da União era de Cr\$ 10,8 trilhões em abril e, com uma inflação de 130 a 150%, pode-se chegar no final do ano a Cr\$ 20 trilhões. Ou seja, o Orçamento Fiscal da União não dá sequer para pagar a correção monetária ao nível da inflação atual. Numa situação dessas, a manter o mesmo modelo, sem dispensar ninguém nas estatais, mantendo os gastos com as mordomias, a mesma mentalidade e as festas, não chegaremos a um bom lugar.

— O sr. está pessimista...

— Quando o governo fala em medidas violentíssimas, eu me indago — elas serão sobre o próprio governo? Há 15 dias, esteve entre nós a professora Beverly May Carl, titular de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de Southern, de Dallas. Sua preocupação foi saber que nossa dúvida é quanto ao controle efetivo que todos os países civilizados têm sobre os gastos. A boa regra do planejamento exige que as despesas sejam programadas em função das receitas. Isto consta de qualquer manual de Finanças Públicas do mais medíocre escritor.

— Vamos retornar à desindexação. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen argumenta que a redução do déficit e essencialmente a diminuição dos subsídios vão provocar um surto de inflação corretiva que passará para os preços, a menos que a correção monetária e o INPC sofram um expurgo. O sr. não vê coerência nessa argumentação?

— Em primeiro lugar, é preciso reduzir os elementos que compõem a inflação gerada pelo governo para, numa segunda etapa, iniciar a desindexação. Não se pode pôr o carro adiante dos bois. Por mais admiração que eu tenha pelos ministros como técnicos e eminentes professores, como condutores da política econômica eles perderam a confiabilidade da Nação em decorrência dos fracassos sucessivos e ininterruptos nos últimos quatro anos. É absolutamente impossível desindexar a economia se faltar a confiança daqueles que vivem as regras econômicas nos aplicadores da reforma. A desinde-

xação neste momento é possível em tese.

— Mas na Europa, a desindexação tornou-se uma realidade...

— Na Europa há confiança nos tecnocratas. Eu concordo com a proposta do Simonsen, mas não posso desindexar sem mexer no ponto fundamental de que ninguém vai sair da casa. Aliás, eu já defendi a desindexação publicamente, no passado, por ocasião das Primeiras Jornadas sobre Indexação no Direito Argentino e Comparado.

— Que elementos positivos vê neste momento?

— O reaquecimento internacional é a única esperança do Brasil, mas será ele permanente? Ter-se-á pressão crescente dos setores privados e dos sindicatos para manter o protecionismo nos países desenvolvidos, por causa do desemprego que contém um fenômeno novo — a aceleração econômica não tem reduzido o problema porque a alta tecnologia exige menor emprego de mão-de-obra. Há portanto recuperação econômica com elevada taxa de desemprego, obrigando sindicatos operários a pressionarem seus governos para manter a política protecionista. A manutenção da política protecionista simultaneamente à reticência dos banqueiros internacionais de emprestar a países com alta taxa de risco, podem levar à manutenção do estado de nenhuma recuperação econômica no Terceiro Mundo, não obstante a melhoria de condições nos países desenvolvidos. E o déficit norte-americano é de US\$ 200 bilhões — duas vezes a dívida externa brasileira — não podendo

ser financiado senão com pressão sobre o mercado financeiro, o que pode provocar nova alta nas taxas de juros no mercado internacional. Pode ser que haja alterações, mas ainda estou na fase da perplexidade.

Para o Brasil, proponho fundamentalmente uma redução nos gas-

tos das estatais, com ênfase ao pessoal de alto nível. É a única maneira de tornar essas companhias operacionais, é o que têm feito as empresas privadas, que cortam os salários dos executivos em decorrência da crise. Aliás, muitas estatais já deixaram de produzir mas continuam gastando.